

# Carta de Goiânia

*Nós, participantes do I Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens, em Goiânia, de 19 a 21 de abril de 1989, reconhecemos a importância da geração de eletricidade, mas também da sua economia e conservação. Entretanto, sabemos que a atual política do setor elétrico atende a um modelo de desenvolvimento que privilegia os interesses do grande capital (construtoras, mineradoras, indústrias, fabricantes de equipamentos pesados e financiadores – nacionais e internacionais – e credores da dívida externa), excluindo a classe trabalhadora do processo de decisão, planejamento e implantação dos programas do setor.*

*Esta política, concretizada no Plano 2010 da Eletrobrás, é elaborada no sigilo dos altos gabinetes, sem a participação da sociedade.*

*Os projetos do setor elétrico não geram só energia, mas uma série de efeitos perversos, tais como: inundação de milhares de hectares de terras férteis; aumento da concentração fundiária – deslocando contra a sua vontade – milhares de famílias de trabalhadores rurais e ribeirinhos e de povos indígenas; expulsão do homem do campo para as periferias das cidades; empobrecimento da população atingida; dispersão de comunidades e povoados; perda de um saber popular sobre a terra e o rio; alteração dos rios com ocorrência de doenças e contaminações das águas.*

*Diante deste quadro exigimos do governo:*

*1) elaboração de uma nova política para o setor elétrico com a participação da classe trabalhadora;*

*2) que sejam imediatamente solucionados os problemas sociais e ambientais gerados pelas hidrelétricas já construídas e que isto seja condição para implantação de novos projetos;*

*3) cumprimento dos acordos já firmados entre os atingidos e as concessionárias do setor elétrico;*

*4) fim imediato dos subsídios tarifários às indústrias favorecidas pelo setor elétrico.*

*Reforma agrária já, sob o controle dos trabalhadores!*

*Demarcação das terras indígenas!*

*Demarcação das terras das comunidades negras remanescentes de quilombos!*

*Não pagamento da dívida externa!*

*Goiânia, 21 de abril de 1989*

Central Única dos Trabalhadores – CUT  
Comissão Regional dos Atingidos por Barragens – CRAB  
Comissão Pastoral da Terra – CPT  
Pólo-Sindical do Sub-Médio do São Francisco (PE-BA)  
Comissão Regional dos Atingidos por Barragens do rio Iguaçú – CRABI  
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Altamira/Pará  
Movimento de Apoio à Resistência Waimiri-Atroari – MAREWA  
Comitê Calunga – Universidade Federal de Goiás  
Comissão Pró-Índio de São Paulo – CPI/SP  
Conselho Indigenista Missionário – CIMI  
Centro de Apoio aos Movimentos Populares do Vale do Jequitinhonha – CAMPO  
Centro de Estudos e Pesquisas do Instituto Sedes Sapientiae-SP – CEPIS  
Centro Ecumênico de Documentação e Informação – CEDI  
Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil – FEAB  
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST  
Partido dos Trabalhadores – Secretária Agrária Nacional – PT  
Sociedade de Defesa dos Direitos Humanos de Marabá – Pará – SDDH – Marabá  
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – IPPUR/UFRJ;  
Comissão de Atingidos pela UHE Dona Francisca  
Comissão Regional dos Atingidos pelo Complexo Hidrelétrico do Xingu – CRACOHX  
Comissão Regional dos Atingidos por Barragens / Nordeste  
Comissão Estadual de Atingidos por Barragens / Rondônia  
Comissão do Povo na Luta contra a Barragem do Castanhão  
Comunidade Kaingang de Iraf / RS  
Comunidade Kaingang de Chapecozinho  
Comunidade Avá-Guarani  
Comunidade Pankararu

